



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. OBJETO:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a realização de estudo de viabilidade técnica e econômica para locação de 01 (um) imóvel para o funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito – DEMAT, vinculado à Secretaria de Administração do município de Viseu/PA.

### 2. INTRODUÇÃO:

2.1. O presente documento constitui a primeira etapa do planejamento administrativo municipal para fins de consolidação das contratações governamentais que manifestem o interesse e a necessidade pública para garantia das prestações de serviços públicos de forma continuada.

2.2. Dentre outras finalidades o presente estudo técnico preliminar visa primeiramente delimitar o interesse público envolvido e a melhor solução administrativa para o atendimento da finalidade pretendida, sendo, portanto, elemento de estudo basilar para a manifestação sobre a viabilidade da contratação pela autoridade interessada, e sendo viável, sobre a consolidação da segunda etapa de contratação, qual seja, termo de referência.

2.3. Neste sentido, para que a autoridade competente possa manifestar-se de forma consciente sobre a viabilidade da contratação pretendida, o presente estudo técnico preliminar deverá observar obrigatoriamente o disposto no Capítulo II da Lei nº 14.133/2021, artigos 18 e seguintes, abaixo sintetizados:

a) O estudo técnico preliminar deverá conter a descrição da necessidade da contratação fundamentada de modo a demonstrar de forma clara o interesse público envolvido;

b) O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

- I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - Requisitos da contratação;



IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

- O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII e, quando não contemplar os demais elementos previstos, apresentar as devidas justificativas.

- Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

2.4. Sendo assim, conclui-se que além dos elementos obrigatórios a serem observados na formulação do presente instrumento de contratação, o Estudo Técnico Preliminar deve considerar e descrever todas as alternativas existentes no mercado capazes de atender a demanda administrativa que motiva a contratação e, com fundamento em análise valorativa-comparativa, apontar qual é a melhor opção sob



o ponto de vista técnico e econômico para solucionar o problema/demandas apresentadas pela administração.

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

3.1. A Lei Municipal nº 539/2021 estabelece a competência e as atribuições do Departamento Municipal de Trânsito (DEMAT), órgão vinculado à Secretaria de Administração. O DEMAT é responsável pela gestão, controle e organização do trânsito do município, garantindo o deslocamento seguro da população, materiais e equipamentos.

3.2. Para a plena execução dessas atividades, torna-se imprescindível a existência de uma estrutura física que permita o funcionamento adequado do departamento. A locação de um imóvel visa atender essa necessidade, garantindo um espaço apropriado para a administração, planejamento e monitoramento do trânsito.

3.3. Para que o imóvel atenda plenamente às necessidades do DEMAT, ele deve possuir características estruturais que garantam a eficiência operacional do departamento. Assim, os requisitos mínimos necessários incluem:

3.3.1. Instalações administrativas adequadas: O imóvel deve conter salas organizadas e devidamente estruturadas para abrigar os setores administrativos responsáveis pela gestão e controle do trânsito.

3.3.2. Espaço para armazenamento de documentos e materiais: O DEMAT lida com um grande volume de registros e materiais operacionais, exigindo um local seguro e organizado para arquivamento.

3.3.3. Pátio coberto e seguro: O imóvel deve dispor de um espaço apropriado para o estacionamento de veículos.

3.3.4. Infraestrutura elétrica e hidráulica compatível: O funcionamento das atividades do DEMAT exige instalações elétricas e hidráulicas adequadas para a operação contínua dos equipamentos e serviços administrativos.

3.3.5. Segurança e acessibilidade: O imóvel deve garantir condições de segurança tanto para os servidores que atuam no local quanto para os cidadãos que necessitam dos serviços prestados pelo DEMAT. Além disso, deve ser acessível a todos, incluindo pessoas com deficiência.



3.3.6. Localização estratégica: A sede do DEMAT deve estar situada em um ponto que permita fácil acesso aos principais eixos viários do município, facilitando a coordenação e distribuição das atividades.

3.4. A locação de um imóvel adequado para a sede do DEMAT trará benefícios significativos para a gestão do trânsito municipal. Dentre as vantagens operacionais, destacam-se:

3.4.1. Maior controle e organização: Com um espaço próprio e adequado, será possível estabelecer um ambiente de trabalho mais eficiente, garantindo que os processos administrativos e operacionais ocorram de maneira coordenada.

3.4.2. Atendimento mais eficiente à população: Com uma sede estruturada, o DEMAT poderá oferecer um suporte mais ágil e eficaz para demandas da comunidade, promovendo melhorias na mobilidade urbana.

3.5. Diante do exposto, a locação de um imóvel para a sede do DEMAT é uma medida essencial para garantir a eficiência e continuidade das atividades do departamento, atendendo às exigências operacionais, administrativas e estratégicas do município de Viseu/PA.

#### **4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

4.1. A locação será inserida no Plano de Contratações Anual (PCA-2025), visto que o referido plano ainda está em fase de elaboração. Considerando a urgência da contratação, optou-se por iniciar o procedimento antecipadamente. Diante disso, a contratação será devidamente registrada no PCA-2025, em conformidade com o planejamento anual da Secretaria.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

5.1. O imóvel será escolhido para servir como funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito – DEMAT, satisfazendo uma série de critérios fundamentais. No qual deverá estar situado na Sede do Município de Viseu - Estado do Pará, devendo possuir uma infraestrutura apropriada para funcionamento:

5.1.1. A pintura devendo estar bem preservada, realçando a estética do ambiente. Os acabamentos estando intactos, contribuindo para a sofisticação do espaço.



5.1.2. A parte elétrica, essencial para a funcionalidade do imóvel, estando em perfeito estado de funcionamento.

5.1.3. Trincos e fechaduras devendo estar seguros e operantes, garantindo a segurança do local.

5.1.4. O teto do imóvel deverá estar com forro.

5.1.5. Além disso, os pisos bem conservados, o que reforça a qualidade do imóvel.

5.1.6. Sendo essas características importante para a elaboração de pesquisas de imóveis na região que atendam melhor a necessidade e servindo como base para o laudo de avaliação técnica elaborado pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, com o local estando em excelentes condições de uso e atendendo a todos os critérios de uma propriedade bem mantida e pronta para uso.

5.2. A documentação do proprietário, previamente fornecida, será submetida a uma análise pela comissão de contratação para garantir a conformidade legal. O contrato de locação, ainda em fase de elaboração, será projetado com flexibilidade para permitir ajustes e proporcionar clareza nas responsabilidades das partes envolvidas.

5.3. A documentação necessária para a regularização do imóvel e a verificação da identidade do proprietário é um componente crucial do processo de contratação. Esses documentos garantem a transparência e a legalidade do processo, além de assegurar que o imóvel atende aos critérios estabelecidos. Documentação Necessária:

5.3.1. Carteira de Identidade – Registro Geral – R.G.: Este documento é necessário para confirmar a identidade do proprietário do imóvel.

5.3.2. Cadastro da Pessoa Física – C.P.F.: Este documento é necessário para confirmar a situação fiscal do proprietário do imóvel.

5.3.3. Carteira Nacional de Habilitação – CNH: Este documento pode ser usado como uma alternativa ao R.G. e C.P.F. para confirmar a identidade e a situação fiscal do proprietário do imóvel.

5.3.4. Comprovante de Endereço Atualizado de Titularidade do Proprietário do Imóvel: Este documento é necessário para confirmar que o proprietário reside no endereço fornecido.



5.3.5. Comprovante de Endereço Atualizado do Imóvel: Este documento é necessário para confirmar a localização exata do imóvel.

5.3.6. Dados Bancários de Titularidade do Proprietário do Imóvel – (Banco, Agência e Conta Corrente): Estes dados são necessários para realizar transações financeiras relacionadas à locação do imóvel.

5.3.7. Certidão Negativa da Fazenda Municipal, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças, através do Setor de Tributos do Município de Viseu/PA: Este documento é necessário para confirmar que não há débitos municipais pendentes relacionados ao imóvel.

5.3.8. Certidão Negativa de Natureza Tributária – SEFA: Este documento é necessário para confirmar que não há débitos tributários pendentes relacionados ao imóvel.

5.3.9. Certidão Negativa de Natureza não Tributária – SEFA: Este documento é necessário para confirmar que não há débitos não tributários pendentes relacionados ao imóvel.

5.3.10. Documentação do Imóvel: Estes documentos são necessários para confirmar a propriedade legal do imóvel e garantir que o imóvel atende a todos os critérios necessários para a locação.

5.4. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, o prazo contratual é de 12 (doze) meses, e podendo ter prorrogação para além de sua vigência desde que seja justificado.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

6.1. A precisão na mensuração da estimativa é de vital importância. Ela é a base para a definição do objeto e desempenha um papel crucial na avaliação da previsão orçamentária e na realização de análises correlatas, pois o planejamento adequado é uma ferramenta eficaz para evitar o fracionamento desnecessário de despesas.

6.2. Com base no Documento de Formalização de Demanda – DFD, A decisão de alugar um prédio para funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito – DEMAT, vinculado à Secretaria de Administração, foi baseada em uma análise detalhada do número de cômodos necessários para esta necessidade. Diante disso, a tabela abaixo fornece uma justificativa detalhada para o número de cômodos necessários:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO TÉCNICO E  
CONTRATAÇÕES ANUAIS



CÔMODO	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
Sala	04	<p>Para atender às determinações da Lei Municipal nº 539/2021 e garantir a eficiência do funcionamento do DEMAT, as quatro salas serão distribuídas da seguinte forma:</p> <p><b>Sala 01 - Divisão de Engenharia de Tráfego e Divisão de Fiscalização e Operação de Trânsito:</b> espaço destinado ao planejamento e análise da infraestrutura viária do município, fiscalização e controle da circulação viária, incluindo monitoramento e supervisão de tráfego, necessitando de estações de trabalho, computadores, painéis informativos e acesso a sistemas de monitoramento.</p> <p><b>Sala 02 - Divisão de Educação de Trânsito:</b> responsável pelo desenvolvimento de campanhas educativas e palestras voltadas à conscientização da população, equipada para treinamentos, materiais didáticos e suporte audiovisual para atividades pedagógicas.</p> <p><b>Sala 03 - Divisão de Coleta, Controle e Análise Estatística de Trânsito:</b> destinada ao processamento e arquivamento de dados estatísticos sobre trânsito e transporte municipal, necessitando de infraestrutura para arquivos físicos e digitais, além de sistemas computacionais para análise de informações.</p> <p><b>Sala 04 - Divisão de Julgamento de Recursos Contra Penalidades:</b> espaço adequado para análise e julgamento de recursos administrativos interpostos por condutores, exigindo ambiente para audiências, armazenamento de documentos e consulta às normas reguladoras.</p>
Banheiros	02	Os banheiros são essenciais para garantir condições adequadas de higiene e conforto aos servidores e visitantes do DEMAT. Devem ser divididos em masculino e feminino, contando com acessibilidade para pessoas com deficiência, garantindo a inclusão e o atendimento às normas sanitárias.
Garagem	01	A garagem é um espaço indispensável para a proteção e organização dos veículos utilizados pelo DEMAT. Além disso, a segurança do local deve ser priorizada, evitando depredações e garantindo a integridade do patrimônio público.
Cozinha	01	A cozinha é necessária para oferecer suporte aos servidores que permanecem em expediente integral no DEMAT. Deve contar com infraestrutura adequada para preparo e armazenamento de alimentos, proporcionando melhores condições de trabalho e bem-estar aos profissionais.
Hall de recepção	01	O hall de recepção será o primeiro ponto de contato entre os cidadãos e o DEMAT, devendo ser estruturado para acolher a população de maneira organizada e eficiente.

**7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

7.1. Diante da necessidade foi realizado uma análise abrangente para explorar as opções disponíveis. As alternativas consideradas foram a locação e a aquisição de um imóvel. Cada opção tem suas próprias vantagens e desvantagens, e ambas foram analisadas cuidadosamente para determinar a melhor escolha para a Prefeitura de Viseu.



**7.1.1. Locação de Imóvel:** A locação de um imóvel é uma opção que oferece uma série de vantagens. A principal delas é a flexibilidade, pois permite a mudança para um novo local caso necessário. Isso pode ser especialmente útil onde as demandas podem mudar rapidamente. Além disso, a locação não requer um grande desembolso inicial, o que pode ser benéfico para o orçamento da Prefeitura, permitindo a alocação de recursos para outras necessidades urgentes.

**7.1.2. Aquisição de Imóvel:** A aquisição de um imóvel é um investimento a longo prazo que pode proporcionar estabilidade, pois o imóvel será de propriedade da Prefeitura. Isso pode ser uma vantagem em termos de planejamento a longo prazo e controle sobre o espaço. No entanto, a aquisição requer um grande investimento inicial, o que pode ser um desafio para o orçamento da Prefeitura. Além disso, a propriedade de um imóvel pode levar a custos adicionais com manutenção e reparos, que devem ser considerados.

## 7.2. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

7.2.1. Após uma análise cuidadosa, a opção de **locação de imóvel** foi escolhida por várias razões. Primeiramente, a locação oferece maior flexibilidade, permitindo que a Prefeitura se adapte rapidamente às mudanças nas necessidades. Em segundo lugar, a locação é mais viável economicamente, pois não requer um grande desembolso inicial. Isso permite que a Prefeitura preserve seus recursos financeiros para outras necessidades.

7.2.2. Finalmente, a locação do imóvel está em conformidade para funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito – DEMAT, vinculado à Secretaria de Administração. Portanto, a locação do imóvel é tanto uma solução prática quanto econômica para a Prefeitura de Viseu.

7.3. Todos estes fatores justificam a solução apresentada.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

8.1. De acordo com o Decreto Municipal Nº 006/2024, de 01 de fevereiro de 2024, que regulamenta a Lei 14.133/21 no município, a estimativa do valor da contratação será determinada no laudo de vistoria do imóvel para locação.

8.2. Como citado no Art. 35 do referido decreto, o preço máximo da locação de imóveis em que a Administração Pública seja locatária será definido por uma avaliação oficial da Secretaria de Obras e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO TÉCNICO E**  
**CONTRATAÇÕES ANUAL**



Urbanismo do Município de Viseu/PA. Esta avaliação será indicada em um laudo oficial. Conforme o §2º do Art. 35, o valor indicado no laudo oficial é o preço máximo pelo qual o contrato poderá ser firmado. Portanto, os órgãos e entidades da Administração Pública devem se esforçar para ajustar valores mais vantajosos para a Administração Municipal.

### **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

9.1. O imóvel deverá estar localizado na Sede do Município de Viseu - Estado do Pará, CEP: 68620-000.

9.2. Portanto, conforme delineado no Documento de Formalização de Demanda (DFD), fornecido pela Secretaria solicitante. Este Estudo Técnico Preliminar abrange os seguintes componentes:

ITEM	DESCRÍÇÃO DO ITEM	UND.	QUANTIDADE
01	Locação de 01 (um) imóvel para o funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito – DEMAT, vinculado à Secretaria de Administração do município de Viseu/PA, contendo os cômodos conforme citados abaixo:  • 04 - Salas • 02 - Banheiros • 01 – Garagem • 01 – Cozinha • 01 - Hall de recepção	Mês	12

9.3. Diante disso, a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo realizará uma pesquisa de mercado para identificar o imóvel que melhor atenda aos requisitos necessários, contendo, no mínimo, os seguintes cômodos: 04 – Salas, 02 – Banheiros, 01 – Garagem, 01 – Cozinha, 01 - Hall de recepção. O Laudo de Vistoria deverá apresentar uma descrição detalhada da solução (imóvel), em conformidade com a legislação aplicável, sendo elaborada de forma organizada e com terminologia técnica para garantir precisão e clareza.

### **10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

10.1. Via de regra, não se aplica o parcelamento aos contratos de locação.

### **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

11.1. Diante da necessidade de um espaço adequado para o funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito (DEMAT), a contratação do imóvel traz resultados positivos para a organização e gestão do trânsito no município. Sendo esses os principais resultados pretendidos:



11.1.1. Melhoria na Gestão e Fiscalização do Trânsito – Com a locação de imóveis, o DEMAT terá uma estrutura física adequada para suas divisões de engenharia, fiscalização e operação de trânsito, permitindo um planejamento mais eficiente das ações de controle viário. Isso resultará em uma fiscalização mais rigorosa, garantindo maior segurança no trânsito e facilitando a implementação de medidas organizacionais para a mobilidade urbana.

11.1.2. Atendimento Ágil e Eficiente à População – Uma nova sede proporcionará um ambiente mais estruturado e acessível para o atendimento ao público, facilitando o tempo de espera e otimizando a prestação de serviços. A localização estratégica facilitará o acesso da população, garantindo que os cidadãos encontrem o órgão com facilidade e tenham suas demandas resolvidas de maneira mais rápida e eficaz.

11.1.3. Aprimoramento das Atividades Administrativas e Operacionais – A organização interna do DEMAT será fortalecida com uma nova estrutura, permitindo a divisão adequada dos setores administrativos e operacionais. O imóvel localizado contará com espaços protegidos para armazenamento de documentos e equipamentos, além de uma infraestrutura elétrica e hidráulica compatível com as necessidades do órgão, garantindo um ambiente de trabalho mais produtivo.

11.1.4. Maior Controle e Análise de Dados do Trânsito – A locação do imóvel viabilizará melhores condições para a divisão de coleta, controle e análise estatística de trânsito, possibilitando estudos mais detalhados sobre a circulação viária no município. Com isso, será possível aprimorar o planejamento de intervenções urbanas, identificar pontos críticos e implementar políticas públicas externas para a melhoria da mobilidade urbana.

## **12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:**

12.1. Ao planejar a Locação de 01 (um) imóvel, é crucial considerar várias etapas e elementos importantes antes de iniciar o contrato. Essas etapas garantem que a locação seja realizada de maneira eficiente e eficaz, cumprindo todas as obrigações contratuais e técnicas. Aqui estão alguns postos-chaves que devem ser considerados:

12.1.1. Gestores de Contrato: Eles são responsáveis pela administração geral do contrato, garantindo que ambas as partes cumpram suas obrigações e que seja concluído conforme planejado.



12.1.2. Fiscais de Contrato: Eles monitoram de perto o desempenho do contratado, garantindo que o trabalho esteja de acordo com os termos do contrato. Eles também são responsáveis por relatar quaisquer problemas à gestão do contrato.

12.1.3. Capacitação do Gestor e Fiscal do Contrato: É fundamental que o gestor e o fiscal do contrato sejam devidamente capacitados. Eles devem ter o conhecimento e a experiência necessários para lidar com os desafios que possam surgir durante a execução do contrato.

12.1.4. Responsabilidades da Prefeitura (Contratante): Conforme estipulado na Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991), durante a vigência do contrato de locação, a Prefeitura, enquanto contratante, será responsável pela manutenção e reparos decorrentes do uso do imóvel. Isso engloba a manutenção preventiva e corretiva, bem como quaisquer intervenções necessárias para assegurar que o imóvel se mantenha em condições adequadas para o uso pretendido.

12.1.5. Responsabilidades do Proprietário (Locador): Ainda segundo a Lei do Inquilinato, o locador é geralmente responsável pela manutenção estrutural do imóvel. Isso inclui elementos como a estrutura do edifício, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, e quaisquer outros componentes que sejam parte integrante da estrutura do imóvel.

12.1.6. Alterações e Devolução do Imóvel: Durante a vigência do contrato, a Prefeitura tem permissão para realizar alterações no imóvel para eventuais renovações ou melhorias que possam ser necessárias para adaptar o imóvel às necessidades do Departamento Municipal de Trânsito – DEMAT. No entanto, é importante notar que, após o término do contrato, a Prefeitura deve devolver o imóvel ao proprietário no mesmo estado em que foi entregue inicialmente, levando em consideração o desgaste normal pelo uso. Qualquer alteração ou melhoria feita no imóvel que não possa ser removida sem danos deve ser aprovada pelo proprietário e, a menos que acordado de outra forma, permanecerá como parte do imóvel após a conclusão do contrato.

12.1.7. Revisão Jurídica: Faça uma revisão jurídica do contrato de locação para garantir que ele esteja em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis.

12.1.8. Aprovação do Contrato: Obtenha a aprovação do contrato pelas autoridades competentes.

12.1.9. Assinatura do Contrato: Após a aprovação, o contrato pode ser assinado pelas partes envolvidas.



### 13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

13.1. Na vigência do contrato, existem algumas etapas subsequentes que a prefeitura deve levar em consideração para assegurar a manutenção adequada. Aqui estão alguns aspectos importantes a serem observados:

13.1.1. Serviço de Energia: A Prefeitura se responsabilizará pela contratação e despesas pelo serviço de energia elétrica adequado para o imóvel. Este serviço garantirá que o imóvel tenha um fornecimento adequado de energia elétrica, incluindo a iluminação adequada e o funcionamento de equipamentos eletrônicos e sistemas de segurança.

13.1.2. Serviço de Água Encanada: Além disso, a Prefeitura se responsabilizará pela contratação e despesas pelo serviço de água encanada para o imóvel. Este serviço garantirá que o imóvel tenha um fornecimento contínuo e confiável de água encanada, essencial para as necessidades básicas, como saneamento e limpeza, bem como para o bem-estar dos funcionários.

### 14. IMPACTOS AMBIENTAIS:

14.1. A locação de 01 (um) imóvel para funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito – DEMAT, não causa ou causará qualquer tipo de poluição ou dano ambiental.

### 15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

15.1. A locação de imóvel para a sede do Departamento Municipal de Trânsito (DEMAT) é essencial para a organização e gestão do trânsito no município, garantindo um espaço adequado para a execução das atividades administrativas, operacionais e de fiscalização. Uma nova estrutura permitirá um atendimento mais eficiente à população, otimização dos processos internos e melhor planejamento da mobilidade urbana. Dessa forma, a contratação do espaço contribuirá diretamente para a eficiência dos serviços prestados e para o cumprimento das diretrizes da Lei Municipal nº 539/2021.

15.2. A Locação do Imóvel ocorrerá por meio da modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, conforme previsto na Lei Nacional 14.133/21. Importante ressaltar que, neste caso, a aquisição não será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, devido à natureza específica do item que justifica a inexigibilidade de licitação.

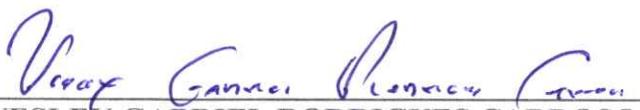
15.3. Diante do exposto, declara-se VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar – E.T.P.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO TÉCNICO E  
CONTRATAÇÕES ANUAL



Viseu/PA, em 09 de maio de 2025



WESLEY GABRIEL RODRIGUES CARDOSO

Técnico de Planejamento  
Decreto nº 021/2025 – GP/PMV